

TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO EM POLICIAIS MILITARES E POSSÍVEIS INTERVENÇÕES¹

Rubens Amorim Souto Neto²

Andreia Monteiro Felipe³

RESUMO:

Os agentes operadores de segurança pública, com enfoque nos policiais militares, são frequentemente expostos a eventos altamente estressantes e que atingem caráter possivelmente traumático. A diversidade presente nos fenômenos, com os quais estes agentes estão em confronto direto no seu exercício de função, impacta diretamente na sua saúde física e mental, podendo, assim, colocá-los em vulnerabilidades passíveis de desenvolvimento de transtornos psicopatológicos. Mesmo já havendo ferramentas voltadas para intervenção e promoção da saúde destes indivíduos, o aumento alarmante e agressivo de novos casos evidencia a necessidade de uma maior atenção à temática. Desta forma, objetivou-se, com o presente estudo, conduzir uma revisão bibliográfica narrativa, buscando elucidar as vulnerabilidades consequentes da ocupação e práxis do Policial Militar diante do acometimento de transtornos psicopatológicos, com foco no Transtorno de Estresse Pós-Traumático, assim como evidenciar possíveis programas de promoção da saúde que viabilizem a minimização destes acometimentos junto ao público-alvo. Com base nos estudos encontrados, percebeu-se que estes profissionais não somente estão sob risco constante em sua integridade física e mental, mas também subjetiva, ocasionando em desdobramentos altamente preocupantes a estes indivíduos. Concluiu-se que o caráter preventivo deve ser adotado nas intervenções e ações promotoras de saúde mental, para que se atinja real efetividade da promoção e manutenção de saúde destes operadores.

Palavras-chave: Polícia Militar. Saúde Mental. Transtorno de Estresse Pós-Traumático. Estresse. Fatores de Risco.

MAIN RISK FACTORS ASSOCIATED WITH TEPT IN MILITARY POLICE OFFICERS IN BRAZIL

ABSTRACT:

Public security agents, with a focus on military police officers, are frequently exposed to highly stressful events that are possibly traumatic. The diversity present in the phenomena, with which these agents are in direct confrontation in the exercise of their

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa: Processos Organizacionais: saúde, educação e trabalho. Recebido em 25/05/2023 e aprovado, após reformulações, em 22/06/2023.

² Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA) E-mail: rubensasn@gmail.com

³ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: andreiafelippe@uniacademia.edu.br

function, directly impacts their physical and mental health, and may, therefore, place them in vulnerabilities susceptible to the development of psychopathological disorders. Even though there are already tools aimed at the intervention, promotion, and health of these individuals, the alarming and aggressive increase in new cases and developments shows the need for more attention to the theme. Thus, this study aimed to conduct a literature review, seeking to elucidate the vulnerabilities resulting from the occupation and practice of the Military Police in relation to the involvement of psychopathological disorders, with a focus on Post-traumatic Stress Disorder, as well as to highlight possible health promotion programs that enable a minimization of these disorders in the target audience. In the development of this work, it was noticed that these professionals are not only under constant risk in their physical and mental integrity, but also subjectively, resulting in developments highly concerning to these individuals. It was concluded that the preventive character should be adopted in the interventions and actions that promote mental health, in order to achieve real effectiveness in promoting and maintaining the health of these operators.

Keywords: Military Police. Mental Health. Post-Traumatic Stress Disorder. Stress. Risk Factors.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade elucidar o acometimento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) em Policiais Militares, que, por sua vez, devido a sua *práxis*⁴ e atribuições, se mostram significativamente suscetíveis ao desenvolvimento e acometimento desta. Diante dos desdobramentos recentes vividos pela sociedade, como a pandemia do Covid-19, e pelas funções dos agentes mantenedores da ordem pública, pode-se discutir que, policiais militares vêm sofrendo desdobramentos no que tange sua saúde física e mental, ao ponto de colocá-los ainda mais vulneráveis às consequências diretas e indiretas dos contextos por eles enfrentados, sem deixar de mencionar as inerências ligadas a ocupação.

Logo, a importância de programas de manutenção e promoção da saúde mental atingiram classificação de essenciais e emergenciais para com estes agentes. Com isso, a necessidade de desenvolvimento de programas voltados para tais objetivos não se mostra somente essencial, mas também deve adquirir caráter constituinte de toda e qualquer instituição subalterna ao estado e a sua população. É dever do Estado promover meios para que sua população, aí incluídos seus

⁴ Concerne a ação, função ordenada para um certo fim. Neste caso, diz respeito a função do policial militar e suas particularidades.

operadores de segurança pública, alcance medidas protetivas diante de situações que vão para além dos desdobramentos fisiológicos, para que assim, haja uma promoção de saúde de fato.

Cabe apreciar que, aos policiais militares, também são atribuídos estigmas que vão para além do fisiológico e psicológico, alcançando até uma construção social deste profissional. Por sua vez, podem vir a influenciar a estruturação subjetiva destes indivíduos, gerando conflitos diante dos moldes a eles atribuídos pelas instituições, e aqueles atribuídos pela sociedade, muitas vezes antagônicos, viabilizando assim o surgimento de possíveis transtornos psicopatológicos.

Diante do exposto, faz-se necessário a apreciação quanto as principais doenças psicológicas que acometem os Policiais Militares no exercício de suas funções, buscando também identificar os achados encontrados nos estudos alvo desta revisão por estudiosos, com enfoque principal no acometimento e desenvolvimento do TEPT, e quais são as intervenções implementadas que colaboram com a minimização de tais adoecimentos. Busca-se também expor as principais características e consequências deste transtorno, assim como seus possíveis desdobramentos psicossomáticos. Por fim, visa explorar quais os recursos disponibilizados pelo Estado e quais os programas utilizados na promoção e manutenção dos cuidados da saúde mental e saúde psicológica do profissional Policial Militar.

Realizou-se uma revisão bibliográfica a partir de busca eletrônica de artigos disponibilizados nas plataformas: Google Acadêmico (*Scholar Google*), *Scielo* (*Scientific Eletronic Library On-line*), Periódicos de Psicologia (PePSC), Biblioteca Nacional de Medicina Americana, através da Base de Dados *MEDLINE* (PubMed), além de buscas não sistemáticas em revistas nacionais e internacionais, juntamente a periódicos universitários. Além disso, foram consultados: o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5 (APA, 2014), livros que abordam a temática e a legislação brasileira referente ao assunto. As palavras-chave utilizadas foram: Polícia Militar; Saúde Mental; Transtorno de Estresse Pós-Traumático; Estresse; Fatores de Risco. Os critérios para inclusão de dados foram: (a) artigos científicos publicados nas plataformas supracitadas entre 1999 e 2022; (b) modalidade de produção (artigos de pesquisa, relatos de experiência profissional, estudos de caso

e teóricos, revisões de literatura); e (c) temáticas sobre Transtorno de Estresse pós-traumático em operadores de segurança pública, com foco nos policiais militares.

2 O TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-5 (APA, 2014)⁵, a característica principal do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é o desenvolvimento de sintomas particulares após a exposição a um ou mais eventos traumáticos. Eventos caracterizados como traumáticos são aqueles nos quais o evento em si coloque em risco, ou em vulnerabilidade, o indivíduo por ele inscrito, no que tange a sua integridade física e psicológica, podendo desenvolver sintomas de curto, médio ou longo prazo. Para que o indivíduo seja diagnosticado com TEPT, alguns critérios diagnósticos devem ser alcançados, sendo eles: exposição a episódio concreto ou ameaça de morte, lesão grave ou violência sexual pelo indivíduo de forma direta ou indireta; presença de um (ou mais) sintoma (s) intrusivo (s) relacionado ao evento traumático (lembranças, sonhos, *flashbacks*); evitação persistente de estímulos associados ao evento traumático pós ocorrido (evitar lembranças ou recordações do evento tanto no âmbito interno quanto externo, como ambiente, sensações); alterações negativas em cognições e no humor associadas ao evento traumático, começando ou piorando após ocorrência do evento (incapacidade de recordar aspectos referentes ao evento, crenças ou expectativas negativas persistentes ou exageradas de si mesmo); alterações marcantes na excitação e na reatividade associadas ao evento traumático, começando ou piorando após o evento (hiper vigilância, problemas de concentração, comportamento irritadiço); a perturbação dura mais de um mês e causa sofrimento clinicamente significativo e prejuízo social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo; a perturbação não se deve aos efeitos fisiológicos de uma substância (medicamentos, álcool) ou a outra condição médica (APA, 2014).

⁵ Atenta-se por via deste que decidiu-se manter a utilização do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-5, publicado no ano de 2014, pois, mesmo que haja nova publicação do mesmo no ano de 2023 (versão em português), com o Título de Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-5-TR, as características diante do diagnóstico do TEPT não sofreram alterações no tocante aos adultos. Assim, visto que este trabalho tem enfoque na população adulta (policiais militares), manteve-se o uso do Manual publicado no ano de 2014.

Sadock, Sadock e Ruiz (2017) elucidam que, embora o TEPT possa aparecer em qualquer idade, ele é mais prevalente em adultos jovens, pois estes indivíduos tendem a se expor ou serem expostos a situações estressoras ou precipitantes de caráter possivelmente traumático. Além disso, eles se diferem, no tocante a exposição, aos tipos de trauma em indivíduos do gênero masculino e feminino, pois historicamente, o contexto ou o ato traumático mais prevalente em cada um desses gêneros apresenta particularidades, mas reiteram que qualquer um pode ser afetado, independente de condição socioeconômica, estado civil, perfil de personalidade etc. Os autores agregam também que, possivelmente, exista um padrão familiar para o transtorno, ou seja, parentes biológicos em primeiro grau de pessoas com histórico de comorbidades pertencentes a mesma classe⁶ (p. ex. depressão, transtornos de ansiedade e transtornos por uso de substâncias) apresentam riscos aumentados de desenvolver TEPT após evento traumático.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (APA, 2014) os fatores de risco associados ao transtorno são divididos em três grupamentos, sendo eles: O primeiro grupamento consiste nos **fatores pré-traumáticos** (antecessores ao desenvolvimento do transtorno), subdividido em, **temperamentais**, aqueles que incluem problemas emocionais na infância (até os 6 anos de idade) e transtornos mentais prévios; **ambientais**, aqueles que incluem o contexto sócio histórico do indivíduo (grau de instrução inferior, privação econômica, disfunção familiar, aspectos culturais, *status* étnico etc.) e por fim **genéticos e fisiológicos**, aqueles que incluem gênero, idade e constituição física diante da exposição ao trauma.

O segundo grupamento consiste nos **fatores peritraumáticos** (consonantes/relativos ao evento traumático), sendo eles **ambientais**, aqueles que incluem a gravidade do trauma, ameaça percebida à vida, violência interpessoal, lesão pessoal, ou seja, são aqueles relativos ao contexto do trauma. (p.ex., para pessoal militar, ser um perpetrador, testemunhar atrocidades ou matar o inimigo).

Em suma, o terceiro grupamento consiste nos **fatores pós-traumáticos** (posteriores ao evento traumático), e estes são: **temperamentais**, aqueles que

⁶ A classe a qual pertence o TEPT, é a classe de Transtornos Relacionados a Trauma e a Estressores.

incluem avaliações negativas, estratégias de enfrentamento inapropriadas e desenvolvimento de transtorno de estresse agudo, e os **ambientais**, aqueles que incluem exposição subsequente a lembranças desagradáveis repetidas, eventos de vida adversos consequentes e perdas financeiras ou outras perdas relacionadas ao trauma.

Nardi, Silva e Quevedo (2021) discursam acerca do risco condicional do TEPT, que, apesar da exposição a evento traumático ser condição indispensável para o desenvolvimento do transtorno, somente uma parcela destes indivíduos expostos a traumas desenvolvem o mesmo. Agregam também que eventos traumáticos que envolvam violência, em suas diversas faces, são os que apresentam risco condicional mais altos para o desenvolvimento do TEPT. Afirmam que, apesar da tipologia diversa estar associada a diferentes taxas de desenvolvimento do transtorno, os mecanismos que permeiam estas relações ainda não foram completamente esclarecidos, e que deve haver um maior foco no evento traumático e sua influência no que concerne a avaliação clínica e a pesquisa referente ao transtorno.

3 POLÍCIA MILITAR: A INSTITUIÇÃO E SUAS ATRIBUIÇÕES

Segundo Paredes (2014, p. 88), “[...] Entende-se por polícia a composição de órgãos e instituições responsáveis por fazer respeitar as leis ou regras, e de reprimir e perseguir o crime”. O artigo 144, da Constituição Federal de 1988, no seu parágrafo 5º, discorre acerca da segurança pública e da atribuição da Polícia Militar como órgão segurador desta, respectivamente, ao seguinte modo:

[...] **Art. 144.** A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:[...] **§ 5º** Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; [...] (BRASIL, 1988).

Por constituir instituição militar, a Polícia Militar é fundamentada nas virtudes militares, ou “ideias-força”, que têm como finalidade contribuir para o aprimoramento contínuo destas, em consonância a sua interiorização, tornando-se parte do profissional militar, para que se alcance identificação com o Espírito de Corpo (EB10-

VM-12.010, 2016). De acordo com o Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército (2016)

A profissão militar caracteriza-se por exigir do indivíduo inúmeros sacrifícios, inclusive o da própria vida em benefício da Pátria. Essa peculiaridade inerente aos militares os conduz a valorizar certos princípios que lhes são imprescindíveis. Valores, Deveres e Ética Militares são conceitos indissociáveis, convergentes e que se complementam para a obtenção de objetivos individuais e institucionais. (EB10-VM-12.010, 2016, p. 5).

Basílio (2009), ao conduzir uma pesquisa objetivada em conhecer o processo de formação dos operadores de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, sob a ótica do soldado policial militar, através de entrevistas semiestruturadas com policiais militares, expôs que a missão institucional, enviesada no que fora supracitado, não se apresenta como ideal último devidamente coerente com o processo de formação destes profissionais. Pois, através dos relatos oriundos destas entrevistas, esse ideal se mostra como um dificultador da formação destes indivíduos, de modo a elaborar um *déficit* das reais competências necessárias a se desenvolver no percurso desta formação, conciliando uma sensação de despreparo destes policiais, tanto no que concerne as competências práticas (p. ex. manuseio correto de armamento, assim como o conhecimento do funcionamento do mesmo) quanto as competências teórico-sociais (p. ex. abordagem de segmentos diversos da sociedade). E, diante deste despreparo, quais modificações deveriam ser implementadas para que se alcançasse consonância com os atributos das funções do dia a dia, e estas foram: maior investimento em infraestrutura, reformulação da grade curricular do curso de formação (de modo a desenvolvimento de conhecimentos voltados a inúmeras faces do direito e suas aplicações), maior qualificação dos professores, priorizar o ensino policial em detrimento do militarismo etc.

Muniz (2001) discorre que as polícias contemporâneas se tornaram extremamente permeáveis e sensíveis às constantes e contínuas transformações da sociedade e da cidadania, e que seu papel na manutenção do estado de direito, não somente é direto e executivo, mas também, altamente sensível a população, uma vez que os efeitos positivos ou negativos da sua atividade ou inatividade são imediatamente sentidos por ela. A autora também expõe que o processo formativo dos policiais militares, diante dos inúmeros debates acerca da atuação policial e seus impactos na sociedade, se encontra em descompasso, uma vez que a atribuição de

“servir e proteger” o cidadão, e assim preservando uma ordem pública democrática e contemporânea, não caminha de acordo com os conhecimentos técnicos e hábitos aprendidos por estes profissionais, e que isso poderia estar atribuído a um reflexo herdado de um passado histórico.

4 POLÍCIA MILITAR E TEPT: FATORES DE RISCO E DESENVOLVIMENTO DA PSICOPATOLOGIA

Como traz Moura (2019, p.75), “O sofrimento humano pode estar associado ao processo laboral e, portanto, faz-se necessário compreender suas causas e reorganizar contingências mais favoráveis ao processo de trabalho”. Um fenômeno diretamente ligado ao trabalho policial é a violência. Gouveia (1999) declara que, no Brasil, a violência é manifestada principalmente, mas não exclusivamente, na área urbana das grandes cidades, ou seja, está no centro da vida cotidiana, e que tem sido amplamente divulgada pelas mídias e principais meios de comunicação de massa. Deste modo, envolvendo nesta dinâmica, não somente aqueles diretamente ligados às manifestações deste fenômeno, mas todos aqueles que de forma indireta, são permeados por ela. Agrega também que a violência tem caráter ameaçador, progressivo e é geradora de uma profunda sensação de insegurança. O autor acrescenta que essa evolução fenomenológica é sintoma de uma perversa distribuição de bens, de uma desintegração social, de um mal-estar coletivo e, de uma desmoralização das instituições públicas, especialmente das policiais militares que se destinam ao controle e combate ao fenômeno.

Ao se depararem com esta violência, que se apresenta cotidianamente e criticamente, estes agentes de segurança, em foco os policiais militares, se utilizam, em suas atividades e funções, os instrumentos a eles disponíveis. Contudo, essa atuação direta, com o propósito de combate à violência, expõe estes agentes a um conjunto de exigências, advindas tanto das organizações e instituições do trabalho policial quanto da sociedade (GOUVEIA, 1999).

Costa e Amaral (2018) dissertam que, devido ao estresse constante, consequente, mas também inerente a função, somado a pressão pública e às rígidas disciplinas, estas questões tendem a refletir na vida familiar e social destes indivíduos,

gerando insatisfações pessoais e problemas nas relações interpessoais, possibilitando e enviesando o desencadeamento de transtornos psicológicos frutos da insatisfação pessoal e profissional. Agregam também que esse adoecimento psicológico é um risco silencioso enfrentado pelo policial militar, mas que esta é uma questão a ser mais aprofundada, visto que, nem todos os policiais acometidos por tais adoecimentos buscam ajuda ou tratamento.

Lipp, Costa e Nunes (2017) discursam que a atividade policial requer que o profissional atue no confronto contra condutas irregulares ou criminosas da sociedade, defendendo seus cidadãos e arriscando sua própria vida em prol da defesa da vida do outro. Mas que a sua função não se resume apenas ao serviço diário, mas também em um constante estado de vigilância, mesmo nas horas de lazer ou familiar. As situações que atravessam o dia a dia do policial, em sua maioria, são aquelas que exigem resolução imediata e o confronto com a imprevisibilidade. Logo, trata-se de uma atividade de risco, devido à natureza dos conflitos e demandas a serem atendidas, que permeiam tanto a saúde física do policial, quanto a saúde psicológica.

Outro fenômeno que, adicionado aos supracitados, colocam o policial militar em um estado de vulnerabilidade é a precarização do trabalho. Segundo Silva e Vieira (2008), no caso dos policiais militares, esta precarização pode ser proveniente de uma inadequação dos equipamentos e instrumentos a eles ofertados, da restrição de recursos orçamentários para a manutenção destes, muitas vezes, impondo sobre o policial que a manutenção seja proveniente do próprio salário, de salários desproporcionais aos perigos e funções destes profissionais e da falta de capacitação profissional. A concatenação destes fatores é diretamente desfavorável para a eficiência do trabalho policial, assim como altamente impactante na promoção e manutenção da saúde destes profissionais.

Com base nos fenômenos elencados, juntamente com todo o simbolismo e riscos reais provenientes da função ocupacional destes agentes de segurança, apresenta-se uma série de evocações sintomáticas patológicas diante do exercício da função, assim como psicossomáticas, advindas não somente do exercício, mas também de atividades extra profissionais que se configuram necessárias a partir do último fenômeno apresentado. Nessa direção, devido a precarização do trabalho, em sua grande maioria, os policiais militares, para que se integre a renda, exercem

funções e trabalhos fora do ambiente laboral usual, para manutenção da qualidade de vida, assim como manutenção do próprio equipamento, que como citado anteriormente, é negligenciado pela instituição (SILVA; VIEIRA, 2008).

Segundo Sousa, Barroso e Ribeiro (2022), ao conduzirem uma revisão integrativa com o objetivo de identificar quais os sintomas e/ou transtornos mentais entre os policiais vêm sendo mais investigados na literatura, considerando o período de 2012 a 2018, dentro da amostra final de 84 artigos que culminou na análise, evidenciou-se que 79 dos trabalhos analisados incluíam informações sobre a prevalência de patologias nos policiais. As temáticas mais investigadas no que se refere a saúde dos policiais foram o estresse (44,00%), estresse pós-traumático (20,20%), depressão (14,30%), ansiedade (6,00%) e o suicídio (6,00%). Verificou-se que o transtorno de estresse pós-traumático, que fora um tipo específico de estresse investigado, alegou prevalência média, de acordo com os estudos analisados, de 19,68%. Uma vez que, diante do experienciado em exercício da função, os policiais estão significativamente suscetíveis ao desenvolvimento da patologia, salientando que o estresse, que fora a variável mais evidenciada, pode vir a ser um dos fatores *a priori* do desenvolvimento da mesma.

Lipp e Lipp (2020), conceituam o estresse (ou *Stress*) como uma reação adaptativa do organismo frente a desafios de grande magnitude, que envolve mudanças físicas, mentais e emocionais necessárias para o enfrentamento diante de alguma ameaça ou dano ao bem-estar do indivíduo. Esta reação produz um estado de desequilíbrio que demanda do organismo a utilização de seus recursos psicobiológicos para se mobilizar diante da situação, podendo essa ameaça ser real ou imaginária. Os autores afirmam que, quando os recursos do momento são insuficientes devido a vulnerabilidade pessoal, ausência de estratégias de enfrentamento ou ainda pela gravidade ou intensidade do estressor o organismo pode ser afetado de forma significativa, ao ponto de a ação mobilizadora diante do evento atingir caráter disfuncional ou prejudicial ao indivíduo.

Como trazido pelos autores, por ser reação adaptativa do organismo frente a desafios de grande magnitude, um dos maiores desafios da atualidade foi o contexto da pandemia da COVID-19, que se instaurou como fator de risco ambiental altamente impactante e significativo, onde, somado aos já apresentados, emergiu como

fenômeno adverso à saúde social, ocasionando em diversas mudanças estruturais nos programas e discussões acerca da saúde biopsicobiológica da população. Apesar de já ter passado o ápice da mesma, ainda se percebem as fragilidades, vulnerabilidades e consequências deixadas por ela, principalmente as de cunho social, que diretamente afetaram a visão do Estado como instituição protetora, e aqui inclusos, seus agentes atuantes.

Shigemura, Ursano, Morganstein, Kurosawa e Benedek (2020), diante das respostas públicas a origem pandêmica do Coronavírus, e os desdobramentos causados no Japão, ao conduzirem uma reflexão acerca dos acontecimentos de grande magnitude sofridos pelo país em seu percurso histórico, elucidaram que o medo do desconhecido tem grande impacto no aumento dos níveis de ansiedade em indivíduos saudáveis, assim como naqueles com condições de saúde mental preexistentes. Com isso, eventos que alcancem este potencial são capazes de provocar uma ruptura social, e os indivíduos afetados por essa ruptura estão sujeitos a rejeição social, discriminação e estigmatização. Assim, diante de tais eventos é imprescindível que profissionais de saúde mental estejam aptos para providenciar o suporte necessário a estes indivíduos, inclusos também, aqueles indivíduos cuja função seja de promoção e manutenção da saúde pública.

Segundo pesquisa conduzida por Lipp e Lipp (2020), com o intuito de analisar o *Stress* e transtornos mentais durante a pandemia da covid-19 no Brasil, na análise da amostra voluntária de mais de 3.000 adultos, com idade entre 18 e 85 anos, pertencentes a inúmeras classes, profissões, e grau de escolaridade foi encontrado prevalência de *stress* em 60% da amostra, sendo que um dos estressores mais mencionados pelos respondentes foi o de “Incerteza quanto ao futuro”, agregado a uma porcentagem de 48,5% de “Nem um pouco confiante” nas decisões governamentais de controle epidêmico. A pesquisa concluiu que este foi um momento de grande fragilidade emocional, em que pessoas apresentavam medo do futuro, insegurança nas medidas de proteção governamentais e nas suas próprias capacidades de lidar com as consequências da pandemia. Evidenciou a importância de as medidas de apoio estarem devidamente atentas e preparadas para lidar com as questões que a permeiam, e que, apesar da pesquisa apresentar limitações, devido ao fato de se ter feito uso de amostra de conveniência e se tratar de trabalho on-line,

ainda assim levantou dados relevantes acerca da saúde populacional. O que permite inferir, com as devidas cautelas, que apesar de não terem sido o alvo da análise, aqui se fazem presentes os operadores de segurança pública, talvez de maneira ainda mais alarmante, uma vez que são eles a atuar de forma direta na segurança desta população, e estão ainda mais expostos às consequências deste ambiente.

Viana, Silva e Silva (2021) indicam, a respeito da atuação policial durante a pandemia, que estes agentes foram expostos não somente ao risco e possibilidade de contágio no exercício da função, mas também foram expostos as vulnerabilidades e fragilidades oriundas da Covid-19. Assim, mostrou-se altamente necessário medidas e programas que possam capacitar estes profissionais a estarem aptos as adaptações, prevenções e convivências consequentes desta exposição diária, tendo em vista, por exemplo, novas pandemias.

5 INTERVENÇÕES AUXILIADORAS DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL

No tocante as intervenções ou programas preventivos e promocionais à saúde mental dos policiais, Assis e Silva (2019) discorrem que, para lidar com situações estressantes, atribuídas ou inerentes à função, são necessários manejos adaptativos, assim como uma psicoeducação acerca dos danos que os sintomas de TEPT podem causar no contexto biopsicossocial. Tais programas devem ser direcionados à saúde integral dos policiais e conscientizar os mesmos quanto às vulnerabilidades as quais estão continuamente expostos. Os autores reiteram ainda a importância da participação e integração da Instituição Militar nestes programas e medidas, sendo de grande relevância esse apoio dentro da corporação, que pode vir por intermédio de equipes multidisciplinares que promovam a saúde física e mental juntamente com medidas preventivas a possíveis transtornos mentais consonantes ao TEPT.

Lustosa e Gonçalves (2017) trazem como medida auxiliadora e de suporte a ferramenta de “Clínica Ampliada”, que consiste na proposta de uma atuação mais abrangente e livre dentro das organizações, de modo a fugir de uma abordagem mais tradicional da psicologia clínica dentro do consultório (pautada em um ambiente físico, exclusivo como cenário desenvolvidor) e buscar uma interação maior entre

profissional psicólogo e organização, e da organização para com os seus operadores. Desse modo, adotando uma modalidade que leva o psicólogo a sair do consultório e ir de encontro do indivíduo, onde ele estiver, seja na instituição, no destacamento ou em outro ambiente natural ao operador de segurança pública. Essa interação e aproximação colocaria em contato não somente o indivíduo com a rede de suporte organizacional, mas também do profissional psicólogo com este indivíduo, e toda sua realidade intrínseca ao exercício da função, o que poderia possibilitar uma maior identificação do policial para com esse profissional. Assim, um modo direto para o desenvolvimento de vínculo identitário, vínculo terapêutico e da valorização dos policiais pelo auxílio, uma vez que, como tratam os autores, muitos policiais não buscam auxílio por iniciativa pessoal, e somando-se a isso existe uma oferta deficitária de cuidados à saúde pela organização, que apresenta enquanto uma cultura organizacional, muitos estigmas negativos sobre estes indivíduos, dificultando ainda mais a prestação de serviços promotores de saúde dentro e fora das organizações.

Diante do exposto, Cyr, Mckee, O'Hagan e Priest (2016), trazem uma iniciativa de intervenção auxiliadora intitulada "*Peer Support*", que tem como definição abrangente um suporte organizado ofertado para pessoas com transtornos mentais ou comorbidades. Um grupo capaz de proporcionar este tipo de suporte seriam as próprias famílias destes indivíduos, que ofertariam este suporte uns para os outros, assim como poderiam haver ordenamentos organizacionais para com o indivíduo, de modo a dispor tal auxílio (p. ex. a um policial acometido por algum transtorno oriundo da atividade laboral, a constituição de "parceria" ou "tutela" de um policial veterano poderia vir a ser uma intervenção auxiliadora, uma vez que este veterano, por ter passado por situação proximal ou igual, poderá conceder suporte emocional e prático a este indivíduo). A origem deste programa pauta-se na natureza social das comunidades, e traz como valores a humanização, a despatologização e a socialização.

Anderson, Di Nota, Groll e Carleton (2020) conduziram uma revisão sistemática de literatura, compreendida no período de 2008 até 2019, com o intuito de investigar qual a efetividade das intervenções pautadas no modelo "*peer support*" e no modelo de intervenções psicológicas com foco em crises. Tais medidas tinham a intenção de mitigar os possíveis danos causados pelo estresse pós-traumático entre operadores

de segurança pública, profissionais de saúde atuantes nas chamadas “linha de frente” ou de resposta primária, e de outros grupos relevantes que também estão em risco de exposição ocupacional a eventos potencialmente traumáticos.

Como resultado, eles evidenciaram as mais diversas intervenções compostas por indivíduos treinados para desenvolver um suporte relacional com pares que experienciaram eventos adversos, oferecendo suporte emocional e social, encorajamento diante de situações de vulnerabilidade e desenvolvimento de um senso de esperança, de modo a construir uma possibilidade ou intenção de melhora pelos sujeitos acometidos. Foram identificados 14 estudos que mensuravam tais efeitos, porém, os autores trazem que ainda há questões dificultadoras diante da real efetividade de tais estudos e dados, pois além da escassez de pesquisas também houveram diversas heterogeneidades nos resultados e suas reais eficiências, entre outras inconsistências, o que não refletem, de forma satisfatória, se as intervenções foram eficientes. Apesar dos importantes esforços contemporâneos, foi evidenciado lacunas, nas pesquisas e revisões de literatura quanto a sua eficiência ou eficácia, fazendo-se necessário maiores investigações acerca da temática (ANDERSON; DI NOTA; GROLL; CARLETON, 2020).

Elesbão (2016) desenvolveu um estudo e a aplicação de uma intervenção auxiliadora pautada na presença da morte no cotidiano de trabalho de policiais militares do Estado do Rio Grande do Sul, de modo a conhecer as representações sociais que estes grupos têm acerca da temática. O estudo foi conduzido se utilizando da oferta e construção de um espaço aberto de fala e escuta, com o intuito de promover grupos onde se poderia abordar as questões oriundas da temática da morte e sua presença no dia a dia, de forma acolhedora. Assim, objetivou-se ampliar os espaços de fala destes profissionais que, por imposição institucional e social, optam por inibir suas questões por possíveis coerções advindas de ambas as instituições citadas. A autora traz a importância da ampliação destes espaços de fala, escuta e acolhimento, pois será a partir delas que se pavimentará projetos de trabalho a médio e longo prazo, além disso, proporcionar vivências que possibilitem a expressão destes sentimentos que, muitas vezes, são a gênese de desenvolvimentos de transtornos ou comorbidades. Por fim, a autora traz a importância de se investir em uma maior promoção de vínculo entre a corporação militar e o trabalho do profissional psicólogo.

Back (2021) conduziu um estudo de reflexão crítica acerca do acompanhamento ou apoio psicológico preventivo para agentes de segurança pública e confirmou que uma proposta com caráter preventivo se apresenta relevante acerca das tratativas pertinentes aos Policiais Militares. Constatou-se que o referido apoio não somente promoveu maior qualidade de vida a estes agentes, mas também, possibilitou o suporte necessário diante das dificuldades que emergem do cotidiano da atuação profissional, o que, conseqüentemente, pode contribuir para a segurança da sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como evidenciado, os operadores de segurança pública, em foco os policiais militares, estão expostos a inúmeros riscos no exercício de função, e estes riscos atingem múltiplas faces da constituição destes indivíduos, desde sua constituição física, até a constituição subjetiva que este tem sobre si mesmo enquanto permeado pelos fenômenos que a sociedade, a instituição e principalmente a função delegam e impõem a eles.

A concatenação destes fenômenos biopsicossociais, não somente afetam o fazer policial, mas também o indivíduo por detrás da farda, operando de forma muitas vezes perversa na manutenção e promoção da saúde física e mental deste sujeito, que, por vezes, sofre coerções quando demonstra fragilidade e vulnerabilidade diante do seu papel social, institucional e pessoal. Estas coerções não são exclusivamente oriundas da interação deste indivíduo com a sua função, mas o caráter altamente significativo deste ordenamento, faz com que este seja o principal elemento evocador e desenvolvedor de transtornos psicopatológicos, demandando deste modo, ampliar o enfoque nas intervenções preventivas e promotoras de saúde mental.

Diante do que foi exposto no escopo deste trabalho, os fatores de risco que permeiam e, conseqüentemente, estão relacionados aos efeitos adversos nos policiais militares, são os seguintes: o fenômeno da violência, presente e inerente a *práxis* do policial; as inúmeras exigências, advindas tanto das organizações e instituições do trabalho policial quanto da sociedade, agentes estes altamente impactantes na promoção e manutenção da saúde mental do policial. Outro fator é a imprevisibilidade, também inerente da atuação cotidiana do profissional militar, uma

vez que é variável presente tanto na atuação *per se* do policial, quanto nas suas atividades cívicas (quando não estão em exercício de função), o que a coloca como uma das variáveis mais impactantes na atuação profissional destes indivíduos. Além disso, há a precarização do trabalho, pois a estes profissionais não são ofertadas as ferramentas e equipamentos devidos, o que os coloca em grande risco. Por fim, o fator de risco mais destacado foi o estresse, que se apresentou, de forma significativa, ser a variável gênese de transtornos psicopatológicos, em especial, o TEPT, nestes profissionais.

Os estudos e pesquisas diante da temática ainda são escassos, portanto, faz-se urgente a promoção de maiores investigações acerca dessa temática devido a crescente prevalência de quadros psicopatológicos na sociedade. E, uma vez que, ao atuar diretamente com a parcela da sociedade que tem como missão proteger e manter a segurança e ordem pública, sincronicamente, atua-se também com a sociedade em geral.

No que concerne aos programas de intervenção, promoção e manutenção da saúde destes profissionais, os que mais se evidenciam são: a instrução psicoeducacional, concomitante à integração/participação das instituições nos programas de promoção e manutenção da saúde, pois, assim, desenvolve e agrega um sentimento de apoio e suporte a estes profissionais. Outra ferramenta que se destaca é a de “Clínica Ampliada”, visando desenvolver uma atuação mais abrangente e livre dentro das organizações, de modo a promover um movimento bilateral (da organização para com o profissional, e do mesmo para a organização). Desta forma, leva este suporte e apoio para todo e qualquer ambiente natural ao operador de segurança pública. Além disso, outra iniciativa que deve ser enfatizada é a intitulada de “*Peer Support*”, que busca ofertar um suporte organizado, através de grupos vivenciais, familiares ou organizacionais, podendo também ser operado em pares, para que se desenvolva um suporte pautado na humanização, despatologização e socialização daqueles indivíduos acometidos por comorbidades psicobiológicas. A oferta e construção de um espaço de fala e escuta, com o intuito de promover grupos onde se pode abordar questões diversas oriundas da atuação policial, para que assim proporcionem vivências que possibilitem a expressão destes sentimentos que, por muitas vezes, são a gênese de desenvolvimentos de transtornos ou comorbidades.

Por fim, são mencionadas propostas de caráter preventivo, que viabilizem a promoção de maior qualidade de vida a estes profissionais, junto a manutenção de um suporte continuado, voltado ao atendimento das dificuldades emergentes do cotidiano da atuação destes.

De modo a refletir sobre os possíveis efeitos dos programas mencionados, tem-se que a proposta de intervenção preventiva mostrou-se bastante adequada a médio e longo prazo, sendo necessário ofertá-la como competência básica a ser incluída na formação dos agentes públicos. A saúde mental pode ser alvo de intervenção diante da patologia quando já instaurada, mas deve ter caráter preventivo, no sentido de oferecer ao indivíduo meios e ferramentas que o preparem minimamente para as interações com o mundo, assim como para com as consequências de tal interação. Em suma, percebe-se que a psicologia em sua prática tem muito a contribuir com intervenções dirigidas a prevenção de danos/riscos e a promoção da saúde, seja junto aos policiais militares, seja junto aos agentes de segurança pública em geral – setores públicos e privados, e para que isso seja efetivado, é necessário a sustentação via políticas públicas dos programas e medidas auxiliadoras, para que se alcance êxito diante do enfrentamento dos desafios e vulnerabilidades laborais, e com isso, possam ser amenizados os problemas relacionados à saúde mental e física dos servidores, permitindo o exercício pleno de suas funções na promoção e manutenção da Saúde Pública.

REFERÊNCIAS

- American Psychiatric Association (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre. Artmed, 2014. Disponível em: <https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>. Acesso em: 19 maio 2023.
- ANDERSON, G. S.; DI NOTA, P. M.; GROLL, D.; CARLETON, R. N. Peer Support and Crisis-Focused Psychological Interventions Designed to Mitigate Post-Traumatic Stress Injuries among Public Safety and Frontline Healthcare Personnel: A Systematic Review. **International journal of environmental research and public health**, v. 17, n. 20, p. 7645, 20 out. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33092146/>. Acesso em: 20 maio 2023.

ASSIS, C. L. de.; SILVA, M. S. da. Investigação sobre Sintomas de Transtorno de Estresse Pós-Traumático em Policiais: Um Estudo a partir do Grupo de Operações Especiais (GOE) de Cacoal-RO. **Revista Sociais e Humanas**, [S.l.], v. 32, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/27578>. Acesso em: 19 maio 2023.

BACK, C. M. Acompanhamento Psicológico Preventivo para Agentes de Segurança Pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 208–225, 2021. DOI: 10.31060/rbsp.2021.v15.n1.1147. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1147>. Acesso em: 19 maio 2023.

BASÍLIO, M. P. A Diagnose do Processo de Formação dos Operadores de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro: A Perspectiva do Soldado Policial Militar. **Revista Alcance**, v. 16, n. 3, p. 358-374, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477748588006>. Acesso em: 19 maio 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 128/2022. Brasília, DF. Coordenação de Edições Técnicas, 2022. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/603955>. Acesso em: 19 maio 2023.

COSTA, T. M. da; AMARAL, E. de P. O. **Adoecimento Psicológico: Um Risco Silencioso enfrentado pelo Policial Militar**. Biblioteca Digital de Segurança Pública. Acervo Digital. Jun. 2018. Disponível em: <http://dspace.pm.go.gov.br:8080/pmgo//handle/123456789/1076>. Acesso em: 19 maio 2023.

CYR, C.; MCKEE, H.; O'HAGAN, M.; PRIEST, R. Making the Case for Peer Support: Report to the Peer Support Project Committee of the Mental Health Commission of Canada. **Mental Health Commission of Canada**. Ottawa, Ontario, Canada, 2016. Disponível em: https://www.mentalhealthcommission.ca/wp-content/uploads/drupal/2016-07/MHCC_Making_the_Case_for_Peer_Support_2016_Eng.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

ELESBÃO, C. S. **Um Olhar sobre a Presença da Morte no Cotidiano de Trabalho dos Policiais Militares**. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/10368/ELESBAO%2c%20CRISTIANE%20SPERLING.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 maio 2023.

GOUVEIA, J. Polícia Militar e Violência: Reflexão. **Revista Jus Navigandi**. ISSN 1518-4862, Teresina, ano 4, n. 34, 1 ago. 1999. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/1588/policia-militar-e-violencia-reflexao>. Acesso em: 19 maio 2023.

LIPP, M. E. N.; COSTA, K. R. da S. N.; NUNES, V. de O. Estresse, Qualidade de Vida e Estressores Ocupacionais de Policiais: Sintomas mais frequentes. **Rev. Psicol., Organ. Trab.** Brasília, v. 17, n. 1, p. 46-53, mar. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572017000100006. Acesso em: 19 maio 2023.

LIPP, M. E. N.; LIPP, L. M. N. Stress e Transtornos Mentais durante a Pandemia da Covid-19 no Brasil. **Bol. – Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 40, n. 99, p.180-191, dez. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2020000200003. Acesso em: 19 maio 2023.

LUSTOSA, D. B. S.; GONÇALVES, H. J. Psicologia na Polícia Militar: Desafios do Âmbito da Cultura Organizacional. **Rev. Psicologia: Saúde Mental e Seg. Pública.** Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 35-50, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/psicologia/article/view/93>. Acesso em: 20 maio de 2023.

MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. SECRETARIA-GERAL DO EXÉRCITO. COMISSÃO DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO. Portaria nº 1.392, de 25 de outubro de 2016. **Aprova o Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército – Valores, Deveres e Ética Militares (EB10-VM-12.010)**. Brasília, DF, Boletim do Exército, ed. 2, nov. 2016. Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/images/artigos/VADE-MECUM/VM%20-%2010%20-%20Valores,%20Deveres%20e%20Ética%20Militares.pdf>. Acesso em: 19 maio 2023.

MOURA, S.V. Os Impactos do Trabalho sobre a Saúde Mental do Policial Militar. **Revista de Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública**, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 71-81, jan./dez. 2019. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/psicologia/article/view/793>. Acesso em: 19 maio 2023.

MUNIZ, J. A Crise de Identidade das Polícia Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. **Security and Defense Studies Review**, vol. 1, n. 2, p. 177-198, 2001. Disponível em: <https://permanent.fdlp.gov/lps20314/SDSRVol01No2.pdf>. Acesso em: 19 maio 2023.

NARDI, A. E.; SILVA, A. G.; QUEVEDO, J. **Tratado de Psiquiatria da Associação Brasileira de Psiquiatria**. Porto Alegre, 2021. E-book. ISBN 9786558820345. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786558820345/>. Acesso em: 18 maio 2023.

PAREDES, J.A. de. A Polícia Militar e a Missão Constitucional de Preservação da Ordem Pública no Estado Democrático de Direito. **RHM – Revista Científica de pesquisa em Segurança Pública**. Mato Grosso, v. 13, n. 1, jul./dez. 2014. Disponível em:

<http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/230>. Acesso em: 19 maio 2023.

SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A.; RUIZ, P. **Compêndio de Psiquiatria**. Porto Alegre: Artmed, 2017. E-book. ISBN 9788582713792. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582713792/>. Acesso em: 18 maio 2023.

SILVA, M. B. da; VIEIRA, S. B. O Processo de Trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental. **Saúde e Soc.** São Paulo, v. 17, n. 4, p. 161-170, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/c7trbjmJ3RRnpDyHsNcJJKh/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 19 maio 2023.

SOUSA, R. C. de; BARROSO, S. M.; RIBEIRO, A. C. S. Aspectos de Saúde Mental Investigados em Policiais: Uma Revisão Integrativa. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 31, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/dK4NbsXDRCbbwYDXQRS9Mnk/?format=html#>. Acesso em: 19 maio 2023.

SHIGEMURA, J.; URSANO, R. J.; MORGANSTEIN, J. C.; KUROSAWA, M.; BENEDEK, D. M. Public Responses to the Novel 2019 Coronavirus (2019-nCoV) in Japan: Mental Health Consequences and Target Populations. **Psychiatry and clinical neurosciences**, v. 74, ed. 4, p. 281-282, fev. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32034840/>. Acesso em: 19 maio 2023.

VIANA, C. de M.; SILVA, P. C. da.; SILVA, B. L. da. A Covid-19 na Polícia Militar: Um Estudo dos Impactos da Pandemia no Comando Especializado da PMMT. **RHM - Revista Científica de pesquisa em Segurança Pública**. Mato Grosso, v. 21, n. 1, jan./jun. 2021. Disponível em: <http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/510/pdf>. Acesso em: 19 maio 2023.